

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ENTRE A INVISIBILIDADE E A NATURALIZAÇÃO¹

Giovana Vizioli²
Giovana Henrich³

Resumo: O presente artigo aborda a temática da violência de gênero no Município de São Domingos do Sul/RS, sendo esse um município de pequeno porte I⁴, considerando ser um tema relevante para o Serviço Social e para a política pública de assistência social. O estudo, resultado de uma pesquisa de campo, de abordagem quanti-qualitativa e de caráter exploratório, tem como objetivo analisar as características da violência de gênero, por meio de entrevistas e questionários aplicados às mulheres do município e às profissionais que atuam com a temática. Como resultados do estudo tem-se o alcoolismo como um dos principais fatores que motivam a violência e que contribui para o comportamento agressivo. Além disso, o espaço doméstico surge como um lugar de dominação masculina e submissão feminina, identificando assim, o companheiro como o principal envolvido na prática da violência. O estudo também mostra os principais tipos de violência praticados contra as mulheres nesse município e os desdobramentos dessas agressões para o público feminino. Assim, é possível compreender as razões que dificultam o processo de denúncia, fazendo com que muitas mulheres permaneçam em relacionamentos abusivos, indicando os desafios postos ao trabalho do Assistente Social na intervenção com a violência de gênero, por meio da proteção social básica.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Alcoolismo. Relacionamento abusivo. Serviço social.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo⁵ tem como foco principal caracterizar a pesquisa de campo realizada no Município de São Domingos do Sul/RS, que se iniciou na experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social, realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Essa pesquisa, com ênfase na violência de gênero e suas características nesse território, abrangendo o período de 2017-2020, possui o propósito de analisar essa expressão da questão social, que aumenta gradativamente, e que contribui para que os sujeitos permaneçam submetidos à desigualdade de gênero, por conta da situação de vulnerabilidade social e violação de direitos em que estão expostos.

Os objetivos deste trabalho estão amparados na relevância social desse assunto, uma vez que, identifica-se que essa problemática da violência, se origina na desigualdade entre gêneros, e, muitas vezes, torna-se invisibilizada e vista como algo que não poderia ser evitado. Desse modo, essa pesquisa tem o objetivo de compreender como a violência de gênero sucede-se nesse

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, pela Universidade de Passo Fundo-UPF, em 2020/2.

² Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade de Passo Fundo.

³ Professora Doutora do curso de Serviço Social da Universidade de Passo Fundo, orientadora do trabalho de conclusão de curso.

⁴ Segundo a Política Nacional de Assistência Social, “município de pequeno porte 1 aquele cuja população chega a 20.000 habitantes” (2004, p.45).

⁵ O estudo, foi apreciado no comitê de ética em pesquisa da Universidade de Passo Fundo, sendo aprovado sob o parecer número 4.241.287.

município, ou seja, entender quais os fatores que motivam essa desigualdade, por quem são condicionados, qual espaço se manifesta, e quais os tipos de violência estão mais presentes nesse território. Além disso, como os sujeitos afetados por essa expressão da questão social buscam enfrentar a situação vivenciada, o que contribui, muitas vezes, para que permaneçam em relacionamentos abusivos impedindo a notificação da violência. Por outro lado, verificar como equipamentos públicos como o CRAS, por classificar-se como de proteção social básica⁶, busca realizar a prevenção da violência de gênero, e diante disso, refletir sobre a atuação profissional do Serviço Social nesse contexto de violação de direitos.

A metodologia utilizada nessa pesquisa é de abordagem quanti-qualitativa, de caráter exploratório, que está enriquecida por entrevistas⁷ e questionários⁸, procedimentos esses de coleta de dados. A utilização da entrevista permitiu o contato direto com os profissionais que atuam com a violência no CRAS, visando compreender como essa instituição atua frente à problemática. Além disso, sendo essa técnica utilizada com mulheres vítimas de violência usuárias dessa instituição, buscou-se identificar as características dessa expressão da questão social em seus contextos de vida. Em decorrência, o questionário, enquanto instrumento de investigação junto a mulheres do município, propiciou o conhecimento de como o público feminino está identificando a violência de gênero.

Nesta direção, o estudo está organizado de modo a um primeiro momento apresentar as motivações e inquietações que desencadearam essa pesquisa, diante das vivências no processo de estágio, e, após, com a experiência de coleta de dados, as reflexões construídas através dos resultados da pesquisa. Nesse segundo momento, demonstram-se os fatores que geram a violação de direitos contra o público feminino: a relação do sistema patriarcal e o alcoolismo. Após, apresenta-se a realidade da violência, ou seja, por quem ela é praticada e qual o espaço em que mais ocorrem as agressões, diante disso, quais as principais violências vividas. Posteriormente, é possível entender porque grande parte das mulheres permanecem em relacionamentos abusivos no município, indicando os desafios do Serviço Social e dos demais profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para intervir nessa realidade. Por fim, apresenta-se a conclusão e as reflexões da pesquisa.

⁶ A proteção social básica tem o objetivo de “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2004, p.33).

⁷ A entrevista consiste em uma “técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formule perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (GIL, 2008, p. 109).

⁸ O questionário, é “a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos” (GIL, 2008, p.140).

2. MOTIVAÇÕES E VIVÊNCIAS QUE SUSCITARAM A PESQUISA

As motivações que suscitaram o desenvolvimento desse estudo, iniciaram-se com a interação junto a política de assistência social do Município de São Domingos do Sul/RS, por meio do estágio supervisionado, esse que tinha como objetivo, em primeiro momento, a realização da leitura de realidade. Por meio desse processo inicial de observação, foi identificado o público feminino como principal demandatário do CRAS, por conta da maior representação das mulheres junto aos programas de transferência de renda, e a participação nos serviços ofertados pela referida instituição. Dessa maneira, evidenciou-se que pelo fato de a mulher ser vista como responsável pelos cuidados domésticos, e a família ser central nas políticas públicas, “concebe-se a ideia de que a mulher é o principal alvo da assistência social” (SILVA, 2018, p.45).

Durante o processo de estágio, foram realizados acompanhamentos às mulheres usuárias da política de assistência social, por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Através deles, pôde-se observar a vulnerabilidade acerca das relações de gênero. Sendo a desigualdade entre gêneros presente no espaço doméstico e também no trabalho, “a imagem enraizada da mulher como dona de casa e cuidadora dos filhos e do lar, contribui para a diferença salarial no mercado de trabalho, uma vez que não há valorização da mulher e muitas delas possuem como renda os benefícios provenientes das políticas sociais.” (SILVA, 2018, p.37). Por conta dessa influência do sistema patriarcal⁹ e de gênero, evidencia-se a divisão sexual do trabalho, e desse modo, a desigualdade de gênero como influenciadora da violência contra a mulher, uma vez que ela é vista como submissa na relação com o sujeito do sexo masculino: “a violência de gênero não é mais do que o resultado das relações de dominação masculina e de subordinação feminina” (CASIQUE; FUREGATO, 2006, p. 3).

Desta maneira, por meio dos atendimentos realizados para as mulheres no estágio, identificou-se que além da possível influência de um sistema patriarcal, estão presentes outros fatores que contribuem para a violência de gênero nesse município, como problemas ligados ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Além disso, observou-se indícios de que as mulheres vítimas de violência encontram-se mais sensíveis e expostas a desencadear novas expressões da questão social, como pode ser identificado nesse território, as ideações suicidas. Segundo

⁹ “Os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir no que se lhes apresenta como desvio [...] projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência” (SAFFIOTI, 2001, p.115).

estudos de Silva *et al*, “as mulheres, de modo geral, tendem a ter mais ideação suicida na vida” (2006, p.7), uma vez que, optam pelo suicídio como uma opção para fugir da violência de gênero. Por conta disso, emergiu a motivação para pensar essa expressão da questão social e suas interfaces nesse território, já que evidenciou-se, durante o estágio, empecilhos para o enfrentamento e denúncia da violência, muito devido ao fato de que São Domingos do Sul apresenta forte ideia de valorização da família tradicional. Além disso, ainda no momento de estágio reconheceu-se que grande parte das mulheres demonstram medo de denunciar, por desconhecerem as legislações e a operacionalização da denúncia, além da falta de apoio familiar e suporte profissional.

Em virtude desse cenário, identificou-se a violência de gênero como objeto de análise e estudo, já que é uma das expressões da questão social mais agravantes no território observado, demandando acompanhamentos do profissional de Serviço Social. Em vista disso, essa pesquisa justifica-se pela inquietação frente à naturalização da violência de gênero, e também, pelo fato desse município apresentar fortes indícios de desigualdade de gênero, atrelados, até mesmo, em sua cultura, o que tornou-se perceptível ao constatar a resistência presente por parte dos habitantes ao tratar a temática pautada, observando-se no território os vestígios de uma cultura machista.

3. PROCESSO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A etapa da coleta de dados, procedeu-se, inicialmente, com a identificação de 10 mulheres usuárias da política de assistência social, vítimas da violência de gênero nos últimos três anos, com as quais foi desenvolvida a técnica de entrevista, além do uso da mesma técnica com duas profissionais do CRAS. Após, realizou-se a aplicação da técnica de questionários para 35 mulheres (localizadas através de empresas do município) com a finalidade de compreender como elas identificam essa violação de direitos. Dentre as muitas questões vividas durante a pesquisa, importa dizer que já no processo de coleta, foi possível constatar que a cultura patriarcal possivelmente influencia a maneira de viver dos indivíduos, visto que na investigação, a grande maioria das mulheres demonstraram desconhecer a importância do tema e de lutar por seus direitos. Isso permite detectar as atribuições ao lugar de submissão da mulher, e, conseqüentemente, de dominação do homem, uma vez que as mulheres não apresentaram interesse inicial sobre o tema, seja por conta da naturalização, do medo ou da vergonha de tratá-lo ou apenas por desconhecimento da questão.

Mediante o exposto, é válido salientar que o processo de pesquisa, mais especificamente de coleta de dados, tornou-se desafiador, uma vez que o tema é um tabu no município, o que considerando seu número de habitantes, caracteriza-se com elementos muito específicos de município interiorano, onde se vive de forma mais acirrada à determinadas tradições. Esse contexto remete a pensar como é difícil ser mulher em um território pequeno, que apresenta vestígios de um sistema patriarcal e machista, onde a mulher muitas vezes é culpabilizada por ser mulher, como afirma Narvaz e Koller, “A violência contra as mulheres fica, banalizada, minimizada, negada e naturalizada pela cultura sexista, sendo percebida como algo que não poderia ser evitado.” (2006, p.9) Sendo assim, esse processo permite identificar a importância que a pesquisa de campo tem, pois possibilita compreender diretamente a realidade dos sujeitos, identificando possíveis semelhanças nos casos de violência e o que permeia a realidade dos agressores, mas, principalmente, quais as possibilidades de enfrentamento à problemática, especialmente, considerando a escuta sensível e o processo de empatia diante da situação vivida.

Através da coleta de dados, foi possível obter informações diretas sobre a questão da violência de gênero no Município de São Domingos do Sul, sejam elas de situações já vividas, como também do modo como esse público está reconhecendo essa expressão da questão social e suas interfaces no território. Dessa forma, após a coleta, foi aplicada a técnica de análise de conteúdo¹⁰ que “tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos” (GIL, 2008, p.175), possibilitando a categorização dos dados, alcançando-se os resultados da presente pesquisa e sua inferência e interpretação. O quadro a seguir permite visualizar o processo construído de categorização intermediária e final, uma vez que não foi possível abranger a categorização inicial de forma ampla, por conta do espaço restrito no artigo.

Quadro 1: Categorização dos dados de pesquisa

(continua)

Categorização Intermediária (número de vezes em que a expressão é visualizada na coleta de dados)	Categorização Final
Alcoolismo (12) Ciúmes (2)	Causas da violência de gênero
Maria da Penha/ Brigada Militar e Polícia Civil (8) Denúncia/denunciar (9)	O Processo de denúncia da violência

¹⁰ A técnica de análise de conteúdo propõe que “as categorias resultantes do primeiro esforço de classificação, geralmente mais numerosas, homogêneas e precisas, podem ser denominadas de categorias iniciais. As que provêm do reagrupamento progressivo, com uma homogeneidade mais fraca, em menor número e mais amplas, poderão ser denominadas de categorias intermediárias e finais” (MORAES, 1999, p.8).

(conclusão)

Categorização Intermediária (número de vezes em que a expressão é visualizada na coleta de dados)	Categorização Final
Falta de apoio (5) Dependência (7) Filhos/Família (20) Medo (25) Paixão (4) Pena (3) Vergonha (4) Acreditar que pode mudar (3)	Dependência do relacionamento abusivo
Não vou mais te bater/brigar (2) Não vou mais beber (3) Eu vou mudar (3)	Postura do agressor
Ameaças (10) Violência Física (18) Violência Verbal (17) Violência Patrimonial (5) Violência Econômica (7) Violência Sexual (5) Violência Psicológica (17)	Múltiplas formas de Violência
Relacionamento inicial saudável (5) Gestação/ filhos piorou o relacionamento (6)	A gestação no cenário da violência
Prevenção/ CRAS/ Proteção Social Básica (9) Atuação quando a violência já ocorreu/ CREAS (6)	Contradições do papel assumido pelo CRAS
Agentes Comunitárias de Saúde (4) Propósitos dos Profissionais diferentes (5) Rotina de Trabalho (2) Medo (2)	Desafios na intervenção com a violência

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

São múltiplos os resultados alcançados nessa pesquisa e, considerando o espaço disponível para problematização dos mesmos, opta-se aqui por discutir parte deles, garantindo maior qualidade na interpretação e produção dos sentidos. Os demais resultados, igualmente importantes, certamente servirão de base para novas produções relacionadas a essa pesquisa.

3.1 Causas da violência contra a mulher: Alcoolismo e seus desdobramentos

O debate que aqui se apresenta refere-se ao alcoolismo, que surge enquanto um dos principais fatores ligados à prática da violência contra a mulher no município pesquisado. A categoria tem origem através de algumas expressões trazidas pelas mulheres no decorrer das entrevistas, onde pode-se compreender que a prática da violência de gênero apresenta fatores ligados à dependência do álcool: “*só por causa da bebida de álcool mesmo. Ele nunca me deu um tapa se quer quando tá normal, sem bebida*” (SAFIRA¹¹, 39 anos).

¹¹ Os nomes utilizados no decorrer do artigo científico são nomes fictícios de pedras preciosas, pois a pesquisa é fundamentada nos princípios éticos de sigilo e anonimato. Ocorre a utilização desses nomes para descrever as falas das mulheres, por conta da semelhança entre elas e suas particularidades.

O alcoolismo torna-se assunto de interesse público por conta de que seu uso apresenta índices alarmantes, causando reações agressivas, perda de controle e mudança de comportamento do usuário dependente do álcool: “o uso abusivo de álcool e outras drogas se configuram como uma questão de saúde pública, pois agregam problemas de ordem física, psíquica, familiar, social, econômica e laboral.” (VIEIRA *et al.*, 2014, p.2) Desse modo, sendo um dos fatores responsáveis pelas agressões, faz com que a violência contra a mulher também torne-se um problema de saúde pública e outras políticas públicas, como de assistência social, uma vez que é uma situação que causa violação de direitos e apresenta riscos para as pessoas.

Verifica-se que por ser uma droga lícita de fácil acesso e compra, por seu preço mais acessível, o álcool torna-se uma das substâncias de maior consumo nesse país, abrangendo a realidade também no município de São Domingos do Sul/RS. O seu consumo torna-se presente nos encontros em família e na comunidade, mas principalmente nas festas, sendo “a prática do beber considerada comum” (ALMEIDA; PASA; SCHEFFER, 2009, p.3).

Diante disso, percebe-se algumas motivações para o seu consumo nocivo, alguns indivíduos ingerem álcool para se sentirem melhor, outros, por pressão dos grupos de vínculos, ou até mesmo valorização pessoal. Segundo alguns autores, “a justificativa para o uso do álcool está engajada em contextos sociais e culturais aceitáveis, relacionados à contribuição do álcool para a desinibição e melhora do humor.” (VIEIRA *et al.*, 2014, p.6) Essa questão é corroborada através dos relatos das mulheres vítimas de violência entrevistadas que afirmam que o uso do álcool tornou-se natural em seus cotidianos, já que seus companheiros consomem álcool diariamente: “*ahh ele bebe, ele bebe direto, 9 horas da manhã quando ele não vai trabalhar ele começa a beber e fica até que tá acordado de noite, eu acho que ele é dependente, por que ele não consegue se controlar*”(TURMALINA, 56 anos).

Percebe-se que por conta dessa naturalização acerca do uso do álcool, nota-se como os usuários não reconhecem sua dependência por essa substância, entendendo que não necessitam de tratamento e acompanhamento profissional, pois acreditam conseguir manter o controle. São falas que justificam essa afirmação: “*eu dizia pra ele fazer tratamento psicológico, mas ele dizia que não precisava que quem precisava era eu e os filhos, que ele conseguia se controlar da bebida, mas na verdade não conseguia né*” (ESMERALDA, 43 anos), ou até mesmo: “*e tu não pode dizer pra ele que ele é dependente do álcool, que meu deus, ele fica brabo, não admite que toma, ele diz que todo mundo vai na bodega e toma, e aqui em casa é só um trago e já querem me proibir, mas não é só um trago né*” (ALEXANDRITA, 58 anos).

Em virtude disso, observa-se que o consumo de álcool é realidade no contexto social e familiar das mulheres sujeitos dessa pesquisa, que trazem em seus relatos o modo como a

questão influência nos demais membros familiares, especialmente os filhos adolescentes que, precocemente, já possuem contato com essa substância e logo passam a consumi-la: *“os meus filhos já estão com esse vício de tomar bastante quando vão em festas, isso me dá medo”* (ESMERALDA, 43 anos). Essa substância torna-se presente nas rotinas de vida, sendo sua presença frequente em festas, grupos de amigos, e até mesmo no espaço doméstico, sendo consumido por indivíduos de diferentes faixas etárias já que *“essa substância é consumida em larga escala no Brasil, uma vez que o uso é estimulado e naturalizado como um hábito associado à cultura”* (VIERA *et al.*, 2014, p.2). E com certeza, o âmbito doméstico passa a ser espelho para o cotidiano da vida pública e privada, se não refletido com cuidado.

Outro aspecto identificado nos relatos das mulheres e que caracterizam as atitudes violentas dos companheiros causando conflitos familiares, refere-se a diferentes manifestações da violência com o uso do álcool: *“quando ele tá bêbado ele tem a mania de palavrões, dai qualquer coisa ele bestema, fala grosso, dai eu evito de falar qualquer coisa, por que ele pode me bater”* (ALEXANDRITA, 58 anos). Segundo relato de Safira, *“teve até um tempo que quando ele bebia nós escondia as faca, os facão, por que nós sabia né, e ainda com a mão da pra se defender, mas com essas coisa não, ele ficava violento, agressivo”* (SAFIRA, 39 anos).

As mulheres também indicam em suas falas que, após o contato inicial, o uso dessa substância agrava-se com o passar dos anos, tornando-se um problema cada vez maior, tanto para os adultos como para os jovens, o que caracteriza a dependência e a falta de controle: *“parece que tudo se torno normal lá em casa, por que dai ele termina uma garrafa de cachaça já compra outra, ele não se pega sem em casa, antes ele compra duas pra não ficar sem, uma garrafa de cachaça tá durando dois dias, e é assim”* (ALEXANDRITA, 58 anos). Acredita-se que essa naturalização do consumo de bebidas alcoólicas apontada nas falas das entrevistadas que são refletidas pelos autores que discutem a temática, possui uma raiz cultural, mas também é muito justificada pelo fato de que sua comercialização é permitida. Em torno disso, observa-se a criação de determinada percepção relacionada especialmente aos usuários de substâncias ilícitas, uma vez que a sua comercialização é proibida, construindo-se uma compreensão de que apenas essa droga é prejudicial à saúde física e mental do usuário.

Ao abordar essas drogas, é válido refletir como a dependência, mas também como a abstinência dessa substância afeta negativamente o organismo, e as atividades mentais dos indivíduos, causando transtornos de comportamento: *“ele tentava me agredi, me xingava gritava quando ele tava sem a droga, acho que era a falta ne, ele tava sem, parecia um bipolar, mudava de comportamento a toda hora, se transformava, parecia coisa do demônio, uma hora era carinhoso, dali apouco começa a reclamar de tudo, gritava.”* (TURQUESA, 42 anos). O

consumo da droga ilícita juntamente com o álcool reflete em condições ainda mais agravantes, tanto para a saúde física e mental, como na geração de impactos sociais: “*com bebida ele não tinha problemas, mas quando ele bebia ele tinha mais vontade de cheirar e daí ficava mais agressivo*” (TURQUESA, 42 anos). Em decorrência disso, evidencia-se que, “o uso do álcool associado a outras drogas resulta em níveis muito elevados de agressividade, constituindo-se como um importante fator gerador da violência” (MARTYN; BRYANT, 2001 *apud* ALMEIDA; PASA; SCHEFFER. 2009. p.2).

No ano de 2020, com a pandemia do novo Corona Vírus, causador da doença COVID-19, espalhando-se em todo o mundo, o cenário ficou ainda mais complexo. Observou-se então, o aumento do número de notificações de violência: “no Brasil, segundo a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), entre os dias 1º e 25 de março, mês da mulher, houve crescimento de 18% no número de denúncias.” (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020, p.2) Essa pandemia, que exigiu de toda população a mudança de rotina e cuidados redobrados com a saúde, fez com que fosse recomendado, o distanciamento e isolamento social de todos os cidadãos. Consequentemente, é possível visualizar que essas estratégias repercutiram de forma negativa na vida de algumas pessoas, especialmente para o público feminino, por conta de o espaço doméstico ter sido intensificado como um espaço de fragilização feminina e dominação masculina, fruto de contato maior entre parceiros íntimos durante a pandemia.

Esse cenário também é marcado pelo aumento dos índices de desemprego e, portanto, da violência de gênero, uma vez que “a perda do emprego durante a pandemia e a consequente queda na renda familiar torna o espaço doméstico estressante, potencializando comportamentos violentos.” (SILVA *et al.*, 2020, p.3) Por conseguinte, a repercussão também se dá no contato mais próximo com o álcool, conforme pode ser identificado na fala de Safira, “*ele tava sem serviço, aí ele ficava só em casa, às vezes eu chegava do serviço ele tava caindo caindo de bêbado sabe, ele tava dependente, e não adiantava nós fala, daí ele ficava mais brabo e daí sim ele ia beber mais*” (SAFIRA, 39 anos).

Assim sendo, a violência perpetrada pelo parceiro íntimo no espaço doméstico ganha maior intensidade – ou maior visibilidade - nesse período de pandemia, o que permite analisar situações de saúde mental relacionadas à questão do desemprego, estresse econômico, como também, os temores da pandemia. Por isso, verifica-se que a presença do homem em casa, agrava ainda mais a violência, contrariando a premissa da família enquanto espaço de proteção de seus entes já que torna-se um local de conflito e medo. Dessa maneira, observa-se nesse município a relação direta entre o desemprego e o crescimento do consumo de bebidas

alcoólicas, especialmente nesse período, repercutindo na elevação da violência, colocando a mulher em um lugar de maior fragilização no contato com o vírus

Ele não percebe o quanto eu to sofrendo, e tá cada vez pior sabe, por que uma vez ele trabalhava mais, ai ele não bebia muito, uma vez passava duas noites e ele não queria sexo, mais agora é todas noites, quando não é duas vezes, ou três vezes e ele me machuca muito, por que dai ele tá bêbado (RUBI, 48 anos).

Por fim, no âmbito das causas da violência foi possível identificar que além do álcool há outro fator relacionado que aparece presente nos relatos: a questão do “ciúme”. Verifica-se que o ciúme nos relacionamentos aparece através da desconfiança do parceiro, conforme a fala de Esmeralda, “*ele tinha bastante ciúmes, se eu ia roçar nas capoeiras ou capinar ele me questionava e dizia que eu tinha um caso com alguém, se eu ia cortar a grama ele dizia porque tu olhou pra aquele cara lá, se eu ia no mercado, ele dizia que eu ia me encontrar com alguém, e isso aumentando*” (ESMERALDA, 43 anos), podendo ser verificado que esse ciúme doentio desenvolve-se de forma agressiva, mostrando-se enquanto violência. Essa afirmação corrobora com uma pesquisa realizada por Adeodato (2005 *apud* CENTEVILLE; ALMEIDA, 2007, p.82) que identificou “o ciúme masculino como um fator desencadeante de agressão contra mulheres em suas residências”.

Nessa pesquisa, o álcool e o ciúmes estão atrelados. O segundo, talvez reflexo do primeiro, já que o álcool, como já mencionado, potencializa a ação impensada, não refletida e, portanto, a argumentação sem sentido, constituindo assim, os principais fatores que desencadeiam a violência de gênero nesse território, confirmando os dados da pesquisa do Instituto Data Senado que indicam “Ciúmes e bebidas alcoólicas continuam apontados como principais agentes provocadores da violência por 21% e 19% das mulheres agredidas” (SENADO FEDERAL, 2015, p.7) e conforme relata Cristal: “*era por causa da bebida, e por que ele tinha ciúmes. Eu tinha medo, ele ficava agressivo, dai eu nunca contava nada pra ninguém o que acontecia comigo, nem pra minha família, por que eu pensava vai que eu contava e ninguém acreditava em mim*” (CRISTAL, 44 anos).

Diante do exposto, avalia-se como o consumo nocivo do álcool e outras drogas, contribuem para a mudança de comportamento dos indivíduos, fazendo com que aumente o nível de agressividade e, conseqüentemente, acabe por influenciar nas agressões sobre as mulheres. Além disso, analisa-se como o fácil acesso a essas substâncias permite com que se torne um hábito a cultura da bebida, sendo algo naturalizado. Dessa forma, interferindo no relacionamento social e familiar, gerando conflitos intrafamiliares, ausência de respeito na relação e as desconfianças relativas ao relacionamento conjugal. Esses fatores acabam por

invisibilizar muitas vezes a situação, contribuindo para que a violência continue em desenvolvimento e agravação.

3. 2 Múltiplas formas de violência: das ameaças para as agressões diretas

Ao abordar a violência nesse debate, percebe-se que a categoria apresenta-se sob múltiplas formas, cada vez mais complexas, que advêm motivadas por diferentes expressões da questão social relativas à condição de gênero, construídas pelas dimensões cultural e social. Essa categoria, portanto, surge através das várias vezes em que as falas e expressões utilizadas pelas mulheres se encontram, se repetem, permitindo identificar que nesse município, estão presentes muitas formas de violência contra a mulher. Desde ameaças, agressões morais, psicológicas, econômicas e patrimoniais, agravando-se até violências físicas e sexuais, que podem ser classificadas como violência de gênero e violência doméstica.

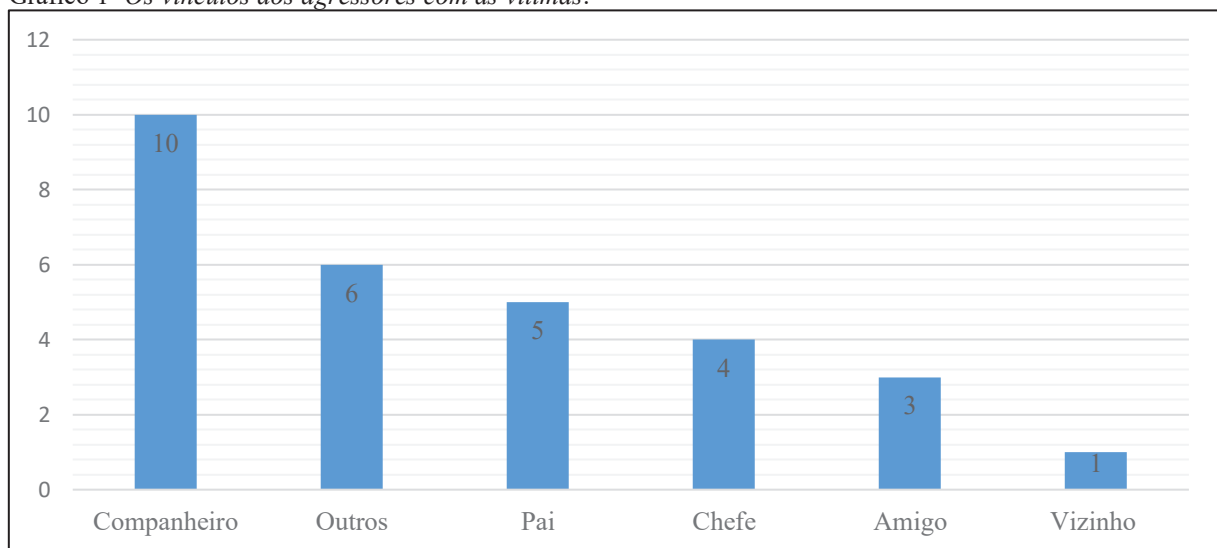
O problema da violência não é um tema contemporâneo, pois é um fenômeno que fez emergir lutas femininas desde outros períodos. Entretanto, pode-se perceber que atualmente esse assunto tornou-se pauta por conta da sua gravidade e violação de direitos humanos. Sabe-se que a “violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos” (SAFFIOTI, 2001, p.1), porém, a violência contra a mulher acaba por ser o tipo de abuso mais generalizado e, conseqüentemente, mais invisibilizado. Diante disso, tem-se como reflexo que a violência de gênero e a violência doméstica vêm se firmando como alguns dos problemas mais graves de saúde e assistência social, identificando-se que, “aproximadamente uma em cada cinco brasileiras já sofreu algum tipo de violência doméstica ou familiar” (SENADO FEDERAL, 2015, p.5).

Ao ser avaliado os relatos das mulheres através das entrevistas, verificou-se que todas declararam que a violência foi ocasionada por parceiro íntimo no espaço doméstico. Posteriormente, com a análise preliminar dos questionários, constatou-se que nesse município, o companheiro é quem mais pratica a violência, o que corrobora com a afirmação de que “uma das formas mais comuns de violência contra as mulheres é praticada pelo marido ou um parceiro íntimo” (CASIQUE; FUREGATO, 2006, p.3). Conforme pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Data Senado, no ano de 2015, “praticamente metade das brasileiras vítimas de violência doméstica - 49% - teve como agressor o próprio marido ou companheiro” (SENADO FEDERAL, 2015, p.6). Dessa forma, identificou-se o contexto do lar como o principal espaço de violência, por apresentar maior concentração de poder e dominação masculina, o que não

diminui a importância do dado relativo ao reconhecimento de que também o espaço de trabalho e as festas são lugares de repercussão dessa expressão da questão social.

Conforme análise dos conteúdos presentes nos questionários, constatou-se que no Município de São Domingos do Sul/RS, a violência é perpetrada principalmente pelo companheiro, sendo seguida por outros sujeitos íntimos como o pai, amigo, chefe e também os vizinhos. Além disso, identifica-se indivíduos sem qualquer tipo de vínculos com as vítimas, com alto percentual de agressores, classificados como “outros”, conforme pode ser analisado no gráfico abaixo:

Gráfico 1- *Os vínculos dos agressores com as vítimas.*



Fonte: elaborado da autora, 2020.

A violência de gênero se materializa de distintas formas e, nesse município percebeu-se que o ciclo da violência inicia-se com ameaças e evolui para as agressões diretas, “caracterizada por diversas formas de abuso, terror e ameaças, acompanhada de comportamentos cada vez mais possessivos e controladores” (CASIQUE; FUREGATO, 2006, p.4). Conforme pode ser analisado em algumas falas do público feminino, a prática da violência principia por meio de ameaças de agressão física ou de morte, encaminhando-se, posteriormente, para a agressão corporal propriamente dita, segundo as seguintes expressões: “*ele me ameaçou de morte, mais de uma vez, e um dia do nada ele me bateu por que eu não quis assinar um empréstimo, eu não sabia onde ia o dinheiro, ele me bateu no braço que ficou as marcas, ele me empurrou contra a parede*” (AMETISTA, 55 anos).

“ele me ameaçava que se o filho não era dele, ele ia me matar, se eu souber algo de ti, não vai sobrar ninguém, ele odiava a minha família toda, como se fossem todos

inimigos dele, ele era agressivo quando tava alcoolizado, até ele veio duas vezes ameaçando de me bater, até um dia ele me deu um tapa no rosto” (ESMERALDA, 43 anos).

Nas falas das entrevistadas, evidencia-se que o sujeito que agride está protegido pelo viés de um sistema patriarcal, historicamente demarcado através de uma cultura machista, que constrói relações de domínio sobre o sexo feminino e que, no espaço doméstico, potencializa a submissão da mulher. Dessa forma, faz com que essa acabe aceitando o ciclo da violência existente em seu contexto social e familiar como algo natural. Conforme afirma: *“ele sempre me ameaça que vai me bate, virou rotina, ele se acostumou sei lá, homem que deu um tapa na mulher uma vez, perdeu o medo” (DIAMANTE, 22 anos).*

Nesse sentido, importa dizer que a violência envolve diferentes formas, como física, psicológica, sexual, econômica, patrimonial, moral, entre outras. Nas entrevistas, avaliou-se que a violência física e moral foram as mais praticadas contra as 10 mulheres entrevistadas. Suas definições, conforme a Lei Maria da Penha, apresentam-se como, violência física: *“entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal”*; já a violência moral *“entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (BRASIL, 2006).* Em vista disso, observa-se que essas violências quando desenvolvidas, geralmente aparecem juntas, como pode se verificar nas seguintes falas:

“Ah ele era bem agressivo, tipo palavrão, bastante nome, xingamento, ele fica fora de si quebra as coisa dentro de casa, e as vez chegava de bater; teve um dia que me deu um soco” (SAFIRA, 39 anos);

“ele entrava dentro de casa, ele me pegava com quatro pedras na mão, ma uma vez só me bateu. (choros), mas o que vinha da boca dele era tudo, menos que santo, o resto de tudo” (AMETISTA, 55 anos);

“mas além dele me bate, ele me xinga, me chama de nome, ele diz, quer ver que eu te quebro a pau, dai eu digo então me bate, tá aqui os dois lado da cara, diz que quando alguém quer bater na gente tem que oferece os dois lado da cara né” (DIAMANTE, 22 anos);

“ele me xingava, me chamava de nome, ameaçava de me mata, depois ele me pegou em cima da cama pelo pescoço e disse que ia me enforcar; eu consegui escapa dele e fugi” (CRISTAL, 44 anos).

De acordo com os dados, verificou-se que seguido das violências físicas e morais como as mais praticadas, tem-se a violência psicológica como a terceira mais ocasionada contra as mulheres. Essa que segundo a Lei Maria da Penha é *“entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno*

desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações” (BRASIL, 2006). Essa forma de violência, se comparada a outras, é mais difícil de ser identificada e comprovada, pois ocasiona cicatrizes psicológicas. É possível identificá-la na fala de Cristal, “*ele me ligava pra mim voltar pra casa, me chantageando, até que um dia ele me mandou voltar pra casa, senão ele ia me mata ou ele ia se mata*” (CRISTAL, 44 anos). Nessa situação, a violência psicológica apresenta-se por meio das manipulações, chantagens e intimidações, o que muitas mulheres não reconhecem como violência, pois não aparece acompanhada por marcas corporais. Conforme Casique e Furegato,

As vítimas de violência psicológica, muitas vezes, pensam que o que lhes acontece não é suficientemente grave e importante para decidir-se por atitudes que possam impedir esses atos, incluindo denunciá-los aos órgãos competentes. Algumas vítimas acreditam que não teriam crédito, caso denunciassem seu agressor. (CASIQUE; FUREGATO, 2006, p. 4)

Outra forma de violência característica nesse município é a violência sexual, essa que é “entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força” (BRASIL, 2006), como pode ser evidenciada no caso relatado por Cristal: “*até um dia ele chegou em casa bêbado e ele pegou o facão e me disse agora tu faz tudo o que eu quero na cama, senão eu te mato, daí ele tava com o facão na mão eu não tinha como reagir.*” (CRISTAL, 44 anos). Outras narrativas semelhantes também foram ouvidas:

Quando eu me levantava, ele ficava se esfregando atrás de mim, ele não tinha respeito comigo, ele me queria como uma puta, uma amante dele, eu to me sentindo suja, suja sabe de pensar que ele sempre me tratou assim, ele nunca me viu eu, mas sim só o sexo e pra limpar a casa como uma empregada, secretária e amante, eu era como uma matéria pra usar (TURMALINA, 56 anos).

Ele bebe muito, e é mais relacionado ao sexo mesmo, tem noites que ele quer duas, três vezes seguida, e ele me machuca, eu não consigo nem me limpar depois de ir no banheiro de tanto que doi sabe, eu digo pra ele não da, por que me doi mas daí ele fica brabo, brabo que taloco, não fala mais comigo, não me olha sabe (RUBI, 48 anos).

É válido destacar que em um destes relatos, a mulher, em suas palavras, apresenta o abuso sexual que sofre. Porém, observou-se que ela não manifesta reconhecer essa agressão como uma violência, o que pode ser refletido com base nas reflexões de Almeida, Pasa e Scheffer: “a violência sexual, embora menos presente nos relatos das mulheres vitimizadas pode ser, muitas vezes, confundida e mascarada pela relação sexual” (2009, p. 4).

Mediante o exposto, considera-se que a violência sexual encontra-se como uma das

principais causadoras das ideações suicidas em mulheres que sofrem essa violência, conforme pode ser identificado em alguns estudos, “a violência sexual está diretamente associada a maiores índices de suicídio, abuso de álcool, outras drogas, sofrimento psíquico em geral e a outros problemas.” (ALMEIDA; PASA; SCHEFFER, 2009, p.4) Sendo isso identificado na fala de Rubi “*eu prefiro morrer, pra mim é melhor tomar veneno e deu (choros), dai pronto, eu paro de sofrer e pronto, pra mim me parece que é melhor assim*” (RUBI, 48 anos), fazendo-se perceber assim, o desejo de acabar com a vida, como uma maneira de interromper o sofrimento e a dor vivenciada diariamente. Pondera-se que muitas mulheres não querem prejudicar os companheiros por meio do processo de denúncia, mas sim, preferem enfrentar a situação por meio do suicídio, conforme Vieira,

Isto pode ser atribuído à intensidade e percepção da violência sofrida, a qual acarreta perda da autoestima e sofrimento psíquico para essas mulheres de tal modo que para uma delas a morte seria a melhor saída para acabar com a dor causada pela violência e o abuso de drogas pelo companheiro (VIEIRA *et al*, 2014, p.7).

Por fim, foi identificada a violência econômica e patrimonial, menos agravante nesse município, mas não menos importante, pois essas violências são encontradas em determinadas situações. Ela é identificada na fala das mulheres, principalmente ao se tratar da destruição da casa e dos móveis e do não acesso ao dinheiro:

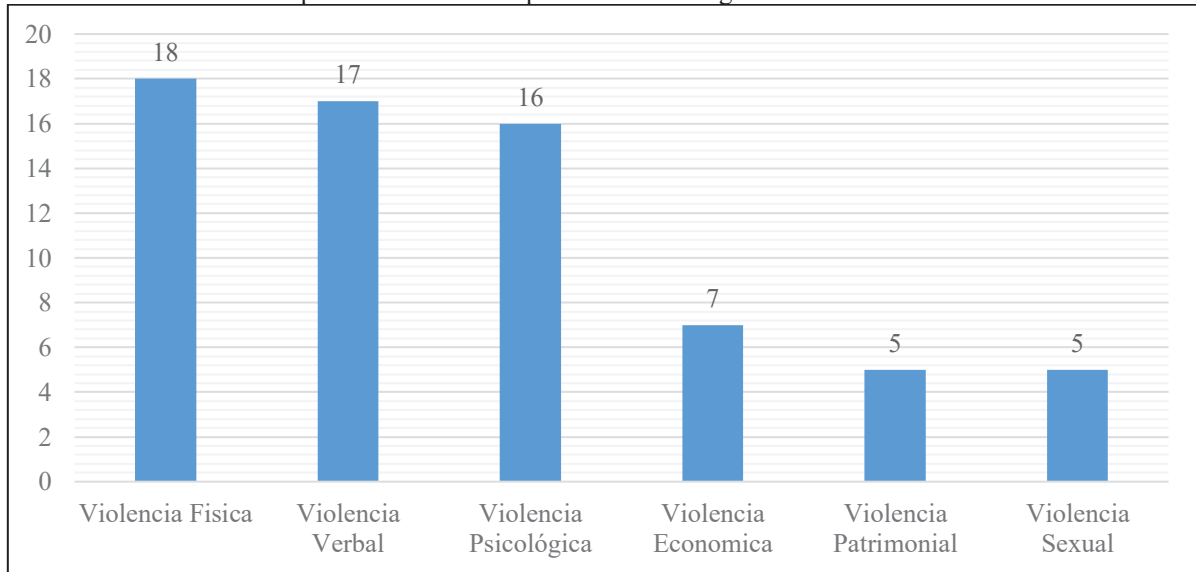
“Ele quebrava tudo as coisa dentro de casa, e também ele era muito ciumento, as vezes por nada ele quebrava tudo, me chamava de nome, palavrão, sempre sempre foi assim, violento, eu apanhei muitas, muitas vezes de ficar sinal no rosto as veiz” (SAFIRA, 39 anos);

“o que ele mais fazia era quebrar os vidro da casa com as cadeira [...] ai nós brigava, ele gastava todo o dinheiro pra comprar o pó, nós ficamo numa situação financeira complicada, ficamo no vermelho” (TURQUESA, 42 anos);

“ele gastava quase todo meu dinheiro, ele controlava tudo, me deixava sem dinheiro pra mim não sair de casa” (TURMALINA, 56 anos).

Quantitativamente também é possível, a partir das entrevistas e dos questionários acerca dos tipos de violência mais praticados, verificar, conforme o gráfico a seguir, como aparecem os tipos de violência na pesquisa que aqui se apresenta: a violência física, sendo a mais praticada, aparece 18 vezes nas descrições; em seguida, a violência verbal aparecendo 17 vezes; como terceira mais praticada tem-se a violência psicológica, citada 16 vezes; após a violência econômica, somando 7 vezes; e por fim, a violência patrimonial e a violência sexual estando presentes nas descrições por 5 vezes. Observa-se o gráfico abaixo:

Gráfico 2: Violências mais praticadas no Município de São Domingos do Sul/RS



Fonte: elaborado da autora, 2020.

Avalia-se diante do exposto, que no Município de São Domingos do Sul/RS, a prática da violência desenvolve-se das mais distintas formas, com aspectos semelhantes entre as situações vividas, mas também com fatores distintos. Observa-se que algumas mulheres reconhecem a violência que sofrem, enquanto outras desconhecem a perspectiva de violação de direitos, entendendo-a como se fosse uma relação normal. Dessa forma, identificam a violência como agravante quando atinge fisicamente o corpo, e somente dessa maneira é que buscam por ajuda ou realizar a notificação, enquanto as outras formas de violência acabam sendo invisibilizadas e vistas como naturais em um relacionamento, fazendo com que essas mulheres permaneçam em relações abusivas.

3.3 Razões para a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos: desafios para o processo de notificação da violência

Reconhece-se que o tema da violência, apesar de seus avanços com a criação da Lei Maria da Penha, ainda apresenta dificuldades em seu enfrentamento, estando essas ligadas à precarização das políticas de atendimento às mulheres, à organização e efetivação da legislação, mas também à questões culturais historicamente enraizadas relativas a problemática. A categoria “Dependência do relacionamento abusivo”, portanto, tem origem nas expressões das mulheres e nas respostas aos questionários, que vieram por denotar a fragilização dos serviços de atendimento, o que se torna, também, contribuinte para a perpetuação da violência: *“o medo, falta de políticas públicas qualificadas de proteção à mulher; o descrédito que a mulher*

enfrenta e o machismo” (Questionário 12).

É de conhecimento geral, que a grande maioria das mulheres já viveu algum tipo de violência durante suas vidas, porém o que se evidencia é que muitas delas naturalizam a violação como algo normal no relacionamento. Ao mesmo tempo, outras mulheres desconhecem o assunto e continuam vivendo em relações abusivas, enquanto algumas denunciam e após esse ato, acabam retornando para o relacionamento violento. Desse modo, com as entrevistas e com a análise dos questionários, identificou-se diferentes manifestações que contribuem para que essas mulheres permaneçam nesses relacionamentos, e que as impede de realizar o processo de notificação da violência.

Além da ideologia de gênero outros motivos também são frequentes, tais como: a dependência emocional e econômica, a valorização da família e idealização do amor e do casamento, a preocupação com os filhos, o medo da perda e do desamparo diante da necessidade de enfrentar a vida sozinha, principalmente quando a mulher não conta com nenhum apoio social e familiar (ARAÚJO, 2008, p.5).

O principal fator contribuinte para a permanência no relacionamento abusivo, identificado nesse município, é o medo, “o medo e a insegurança causado pelas ameaças e pela violência psicológica impetrada pelo parceiro abusivo parecem desempenhar importante papel nesta dinâmica” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.9). Esse que contribui para que a mulher não construa sua autonomia, e permaneça se submetendo às agressões do companheiro: “*o medo é o principal motivo, medo de ficar sozinha, medo de perder os bens que possuem, medo de sofrer preconceito, medo de não ser ouvida*” (Questionário 22). Muitas delas, acabam não se permitindo fazer a notificação das agressões por medo, por acreditarem que a violência se agravará quando o sujeito souber da ocorrência, “*tem mulheres que não denunciam por que o companheiro logo será solto e ele pode fazer coisa pior para se vingar da mulher*” (Questionário 10). Conforme Araújo, “algumas mulheres relutam em denunciar seus agressores por receio de que a violência aumente, o que acontece com bastante frequência, pois a impunidade prevalece mesmo após a denúncia” (2008, p.5).

Reconhece-se dessa forma, que a grande maioria das mulheres participantes da pesquisa, demonstram medo em realizar a notificação, e, também, em seu espaço doméstico o que a impede de se impor com suas opiniões diante do agressor. Muitas delas não conseguem se colocar enquanto sujeitos de direitos naquele espaço, como pode ser identificado na fala seguinte, “*eu não tinha nem voz e nem vez pra falar por que a realidade era dele, ele tinha a razão e pronto ne, daí tinha coisas que eu não abria a boca, por que não sabia o que vinha, se eu falava agua vinha um rio nas minhas costas, então procurava ficar quieta*” (ESMERALDA,

43 anos). Esse medo demonstra a fragilização da mulher na relação, deixando-a vulnerável ao considerar a falta de segurança pública e de punição aos agressores, o que contribui para que permaneça em relações abusivas.

O segundo fator mais vigente nas exposições das mulheres e nos questionários, são os laços familiares, ou seja, a presença de filhos no relacionamento, o que acaba por impedir o processo de rompimento com a situação. Conforme relato de algumas mulheres, *“descobri que tava grávida né, daí pensei como que vou me virar sozinha, paga aluguel e cuidar da criança, mas antes de descobrir que tava grávida, eu tinha pensando de me separar e sair de casa”* (SAFIRA, 39 anos); *“eu to mais com ele pelo meus filhos do que por mim, eles precisam da parte paterna também, é necessário, e os filhos se espelham no pai”* (ESMERALDA, 43 anos). Essa questão remete a avaliar, as questões culturais presentes nesse município, como a forte ideia de família tradicional, composta pelo homem, a mulher e as crianças “[...] as mulheres acreditam ser necessária a presença da “figura paterna” (PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA 2018, p.7).

A defesa de uma família tradicional está muito ligada à igreja católica e ao patriarcado. Evidenciam-se preconceitos com as mulheres que buscam realizar a denúncia, mas também uma pressão da família sobre elas, uma vez que a família acredita que a mulher não consegue sobreviver sozinha sem a presença do companheiro, e que, posteriormente, será julgada pela sociedade. “[...] o momento em que decide efetuar a denúncia é muito difícil para a mulher vítima de violência, pois é comum haver pressão da própria família para acomodação do conflito, especialmente em brigas entre casais” (PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA, 2018, p. 8). Conforme fala de Esmeralda,

“Tinha uma pressão da família dele sobre mim, me diziam tu não sabe o que tu quer, na verdade eu nunca pensei em me separar eu só queria que ele mudasse, eu confio mas não confio ao mesmo tempo nele, eu gosto, mas não gosto ao mesmo tempo sabe, é difícil e tu sabe né a mulher fica falada na sociedade” (ESMERALDA, 43 anos).

Dessa forma, muitas mulheres acabam se submetendo à uma posição inferior e opressiva, silenciando as violências vividas, como uma maneira de manter a família unida e fortalecida: *“eu acabei não levando a história pra frente por causa dos meus filhos, por que eles me pediram”* (JADE, 63 anos); *“por conta de que pensam nos filhos e pelas ameaças”* (Questionário 9).

O terceiro fator mais evidente para a permanência das mulheres junto aos seus agressores é a dependência, seja ela financeira ou emocional. Pode-se notar, que uma boa parte das mulheres possuem salários inferiores aos homens, o que acaba dificultando a sustentação

sozinhas: *“se tiver filhos a situação fica mais complicada”* (Questionário 17). Só para a manutenção alimentar necessita-se de bastante recurso, o que contribui para que, em inúmeros casos, a violentada não tenha condições de sobrevivência, tornando-se financeiramente dependente do companheiro, “mantenedoras de sua posição de desvalia, isolamento e submissão aos abusos sofridos” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.9). Dessa forma, acabam permanecendo no relacionamento abusivo, sofrendo violências e agressões por dependência: *“eu to com ele também por causa do nenê, e por que também não consegui emprego, to dependente dele, me vejo sem saída”* (DIAMANTE, 22 anos).

A dependência emocional vivida por muitas mulheres, relaciona-se com um sentimento de apego, em que a mulher só consegue se sentir bem tendo determinada pessoa ao lado, o que torna-a dependente, *“eu não consigo me ver sem ele sabe, eu não consigo pensar em ver ele com outra mulher, eu prefiro morrer”* (RUBI, 48 anos). Essa dependência, que faz com que a mulher não se veja vivendo sem o companheiro, cria barreiras para enfrentar a violência vivenciada diariamente, “a dependência emocional do companheiro e a necessidade de ter alguém como “referência” levam a mulher à submissão e à sujeição às agressões, que vão da emocional à física e muitas vezes, intercalam-se” (PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA, 2018, p.7).

Outra questão presente na fala das mulheres, enquanto dificuldade para enfrentar o relacionamento abusivo é a falta de apoio social e familiar. Algumas expressões traduzem essa afirmação: *“a falta de ajuda da família”* (Questionário 23), *“eu to com ele por que não tenho pra onde ir, não tenho opção, vou pra onde, a minha mãe me largou de mão, não tá nem ai, quando precisam de mim me procuram, mas quando eu preciso ninguém me ajuda, ninguém me apoia”* (DIAMANTE, 22 anos).

Essa fragilidade de vínculos familiares contribui para que a mulher fique mais sensível e exposta a desencadear novas expressões da questão social, pois não possui apoio e suporte para enfrentar a situação da violência e dependência. Dessa maneira, conforme Narvaz e Koller, “mulheres vítimas de violência geralmente estão isoladas da rede de parentesco e da comunidade, o que facilita o controle do agressor sobre a vítima” (2006, p.10). Isso permite indagar a importância da mulher vítima de violência ter seus vínculos fortalecidos enquanto suporte, para enfrentar o cenário e romper com o relacionamento abusivo:

Necessita de uma rede de apoio que a acolha, ofereça uma escuta qualificada e a oriente, auxiliando-a a pensar sobre as possibilidades que ela tem para retirar-se da situação de violência, ou não, e sobre as consequências da sua decisão. É difícil para a mulher conseguir sair sozinha de uma relação tão complexa na qual é vítima de violência conjugal (PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA, 2018, p.6).

Diante dos relatos, observa-se ainda, a existência de outras variáveis, além das já descritas, marcadas por sentimentos contraditórios que condicionam a permanência de uma mulher vítima de abuso em um relacionamento abusivo, sendo elas: a vergonha “*eu também tinha vergonha de denunciar, também por causa dos filhos*”(ALEXANDRITA, 58 anos); além de um sentimento de amor, “*não denuncio, por que eu gosto dele bastante, dai não, antes de fazer algo pra prejudicar ele, pra ele ter que sair de casa, alguma coisa eu prefiro morre, pra mim é melhor tomar veneno e deu (choros)*” (RUBI, 48 anos).

Além disso, aparecem sentimentos como a pena e compaixão para com o sujeito “*não pensei em fazer uma Maria da Penha, por que ele já tinha um processo anterior disso, porque ele tinha surrado outra mulher, por que dai se eu ia pra frente, ele ia se complicar*” (TURQUESA, 42 anos), como também, fatores ligados à “*expectativa de que não irá mais ocorrer*” (Questionário 18), “*eu pensava até em denunciar, ma também, dai eu pensava ahhh deixa passar, passará um dia, eu acreditava que ele ia mudar. Mas não mudo né.*” (ALEXANDRITA, 58 anos).

Diante de tudo isso, analisa-se que a grande maioria das mulheres acabam buscando a denúncia somente ao identificar que a situação começa se agravar cada vez mais, tornando-se cotidiana, “*submetem-se por anos a fio a todos os tipos de violência e somente procuram lutar por esses direitos quando a situação fica de fato intolerável*” (PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA, 2018, p.7). Pelo indivíduo passar anos controlando a mulher e a subjugando, é que quando ela resolve fazer a denúncia, o agressor cria mecanismos de retornar ao relacionamento, fazendo promessas de que a violência não acontecerá novamente, por exemplo “*eu voltei com ele, por que ele prometeu que não ia mais briga comigo, que ele ia muda.*” (CRISTAL, 44 anos). Conforme Araújo, “*a denúncia resulta apenas em um pequeno constrangimento para o agressor que, após o julgamento, volta para casa com a vítima e continua com o comportamento abusivo*” (2008, p.5).

É válido destacar que nesse município observa-se um trabalho fragilizado ao se tratar do tema da violência de gênero, uma vez que a cidade conta apenas com o CRAS como proteção social básica e esse não possui mecanismos suficientes de trabalho com essa expressão da questão social. Dessa forma, não há um acompanhamento ativo com as mulheres que vivenciam a violência. Observa-se que mesmo após o processo de notificação, não acontece uma ação profissional de fortalecimento por parte desse serviço para que as mulheres não retornem aos relacionamentos abusivos, ficando essas desassistidas e com a perspectiva de retornar à relação, conforme relato de uma profissional do CRAS,

Muitas mulheres voltam para o relacionamento abusivo, mas eu vejo que se fosse um trabalho direto com a violência de gênero seria diferente, por que tu está capacitado, atuando só frente a isso, mas aqui não, aqui vem tudo sabe, acaba que a gente não se prepara bem pra nada, a gente faz um pouco de tudo e conforme as coisas vão surgindo a gente vai fazendo, muitas vezes até no acontecimento de algum fato é que a gente se dá por conta (PROFISSIONAL 2).

A violência, dessa forma, acaba exigindo intervenções diretas dos profissionais, já que avalia-se que muitas mulheres são afetadas e necessitam de suporte profissional, porém há dificuldade de conduzir esse apoio por conta da rotina de trabalho que, muitas vezes, impossibilita um processo aprofundado de intervenção. Tais questões são pensadas no próximo item desse trabalho, acerca da prestação de serviços e proteção social dos indivíduos para o enfrentamento à violência.

3.4. Desafios dos profissionais do SUAS na intervenção com a violência de gênero

Constata-se que o resultado da categoria caracterizada como “Desafios na intervenção com a violência” consiste em uma reflexão muito importante, pois a violência de gênero tornou-se campo de intervenção para o Assistente Social, uma vez que esse profissional atende e acompanha predominantemente mulheres usuárias das políticas públicas, com demandas relacionadas a questão de gênero, dominação de poder e desigualdade social.

Por essa expressão da questão social causar riscos e consequências a vida do público feminino, apresenta-se enquanto problema de saúde pública, ao degradar a integridade da mulher e ao violar os seus direitos, o que faz com que a intervenção dos serviços de assistência social torne-se necessária. Dessa forma, a atuação do Serviço Social junto com outras profissões é fundamental, já que, “a violência contra a mulher tornou-se objeto de intervenção profissional do assistente social como um desafio posto no cotidiano, sobre o qual ele deverá formular um conjunto de reflexão e de proposições para a intervenção” (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p. 6).

É possível avaliar que os profissionais enquanto atuantes frente às políticas públicas, dentre elas, de assistência social, encontram diversos entraves para atuar na realidade da violência de gênero, deparando-se com precárias condições de trabalho e também espaços muito restritos de atuação para com a questão. Dessa maneira, na referida cidade, as intervenções profissionais para o enfrentamento à violência, encontram diversas demandas mas também contradições, uma vez que a atuação realizada pelo CRAS, contrapõem-se com seus objetivos, já que acaba sendo desenvolvida enquanto um serviço especializado. Diante do fato de que não ocorre o trabalho preventivo, os profissionais desenvolvem seu trabalho quando já

houve a violação de direitos, ou seja, somente quando a situação da violência fica de fato agravante é que acontece a intervenção profissional.

Mesmo o município de São Domingos do Sul, contendo o CRAS enquanto equipamento da política de Assistência Social, avalia-se inúmeros casos de violência de gênero, isso estando atribuído a falta de um trabalho contínuo de prevenção. Como já mencionado, a questão da violência de gênero acaba sendo identificada e acompanhada após a sua efetivação, quando já houve a violação de direitos, *“a gente como CRAS está fazendo muito, muito, muito pouco na questão da prevenção por que a gente atua mais quando aconteceu, e é totalmente ao contrário né, tá errado” (Profissional 1)*. A ausência desse trabalho preventivo contribui para que se tenha o aumento da violência, pois o público acaba desconhecendo seus direitos e naturalizando a situação que vive, e o serviço que deveria atender essa questão encontra-se fragilizado, não abarcando o objetivo da política de assistência social: *“haaã em função da cultura do povo aqui não é bem aceito a prevenção né, parece que não tem que falar no assunto sabe, parece que quanto menos tu fala desse assunto pra eles é melhor” (Profissional 1)*.

A identificação da violência pelos profissionais do CRAS, encontra-se enquanto um desafio, já que, segundo os dados de pesquisa, ela acaba sendo reconhecida e identificada, na maioria das vezes, pelas profissionais da saúde, mais especificamente por agentes comunitárias de saúde, conforme relato de uma profissional: *“chega muito pra nós por meio da saúde, por que as agentes de saúde acabam tendo uma proximidade maior com as mulheres, elas têm as agentes como uma referência pra pedir ajuda, é essa a visão que eu tenho, elas não têm como referência o CRAS” (Profissional 1)*. Isso permite refletir a importância de uma escuta qualificada ser presente em todo o fazer profissional do Assistente Social, enquanto um instrumental que permite reconhecer a violência sofrida pelo público,

Escuta é fundamental para que a mulher em situação de violência possa romper o silêncio imposto. É o tempo em que ela se sentirá segura frente a um profissional que transmite confiança, que acredita no que ela vai falar, que a respeita e a encoraja a expressar sentimentos que até então estavam guardados por medo, confusos, e que agora ela é capaz de ordenar e clarear (LISBOA, 2014, p.17).

Outra questão identificada enquanto uma dificuldade de atuação com a violência de gênero é o excesso de trabalho. Por ser um serviço que atende distintas expressões da questão social, acaba não sendo especializado para problemáticas mais complexas, cabendo assim, abranger a totalidade da questão social: *“acaba que vira uma rotina fazer o que tá na tua mesa, ah surgiu isso nós vamos fazer isso, surgiu aquele outro, nós vamos fazer aquele sabe e ai vai chegando e quando a gente vê a gente tá afogado em tanta coisa e em situação diversas pra*

resolver” (Profissional 2). O excesso de trabalho é fruto de uma equipe reduzida, pois há poucos profissionais para atender todas as demandas presentes no serviço, tornando as políticas públicas precarizadas e com recursos escassos, “o número reduzido de profissionais que trabalham junto à questão impede o atendimento com a qualidade necessária. O cansaço físico e mental decorrente da sobrecarga de trabalho dos profissionais acaba repercutindo na eficiência da equipe” (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p. 9).

E sabe-se que realizar uma leitura da realidade, conhecer de perto as necessidades e demandas das famílias, a fim de se aproximar dos atores sociais é essencial e exige um valioso tempo, “trabalhando com a temática da violência contra a mulher, o profissional de Serviço Social necessita aprofundar seu conhecimento sobre as múltiplas determinações que decorrem da mesma” (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p.5). Nesses processos, torna-se necessária a relação teórico-prática, enquanto estratégia de aprofundamento sobre as particularidades das expressões da questão social, contribuindo para o enfrentamento e para a realização de acompanhamento e encaminhamentos para serviços qualificados, “orientando, discutindo estratégias e encaminhando as mulheres para onde possam receber atendimento eficiente e ter os seus direitos garantidos” (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p.7).

Um dos principais desafios para o trabalho dos profissionais do SUAS nesse município, é a fragilização da rede de atendimento e proteção para as mulheres, essas que, segundo Neves, podem ser consideradas como “sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos ou realizações comuns” (2009, p.3).

No município de São Domingues do Sul, verifica-se a falta da rede articulada, uma vez que os vínculos profissionais são fragilizados, identifica-se uma estrutura piramidal sustentada pela dominação de uns sobre outros. Isso se mostra através da ideia de resistência em trocar conhecimentos e informações entre serviços, além de que muitos apresentam medo de invadir o espaço profissional do outro, “*até pensamos em alguns momentos de sentar juntos os profissionais pra pensar os casos, os temas, mas isso não flui sabe*” (Profissional 2). Dessa forma acabam atendendo os usuários independente de outras políticas, sem levar em conta que o sujeito pode estar sendo atendido por outros serviços ao mesmo tempo, “quando os profissionais necessitam articular os serviços oferecidos, acabam acessando a rede através de relações de amizade ou coleguismo, e não como deveria ser, como garantia de direito” (LISBOA; PINHEIRO 2005, p.3), “*às vezes chega pra nós, ai eu converso com a enfermeira, e a gente busca um encaminhamento psicológico*” (Profissional 1).

Assim sendo, avalia-se que o município possui uma deficiência em sua rede, que acaba

comprometendo o trabalho profissional acerca do enfrentamento à violência, pois cada profissional termina por agir de uma maneira, sem haver troca de conhecimentos e articulações com outros serviços e políticas sociais, conforme fala da profissional,

Aqui no CRAS acaba que cada profissional agiria de uma forma sabe, alguns já iriam diretamente realizar a denúncia outros trabalhariam o fortalecimento, além disso percebo uma certa insegurança ou medo até dos colegas profissionais pra trabalhar essa situação de violência. Se é formada uma equipe que pensa igual, que pensa junto que tem o mesmo objetivo, pensar em andar no mesmo caminho, as coisas iriam dar certo, mas aqui alguns puxam pra traz” (Profissional 2).

Reflete-se então, que a existência de uma rede ativa ou a criação de uma política especializada, poderia contribuir para que o trabalho frente à violência fosse qualificado, havendo articulação de conhecimentos acerca de uma demanda comum “a falta de uma política social específica para essa questão é uma lacuna que interfere no exercício profissional dos assistentes sociais” (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p. 9). Assim sendo, deve-se haver articulação entre diferentes ações, na perspectiva da coletividade, ou seja, um sistema organizado e pensado, capaz de unir indivíduos de forma participativa.

O trabalho interdisciplinar somente é possível se os profissionais das diferentes áreas exercitarem a humildade e considerarem a interdisciplinaridade como uma coexistência pacífica enriquecedora, em que uma profissão não desfaz a outra, mas sim absorve a especificidade do seu saber, com vistas a se complementarem mutuamente (LISBOA, 2014, p. 20).

Ainda assim, reconhece-se que os profissionais do SUAS têm como principal objetivo a garantia de direitos humanos, sendo a atuação acerca da totalidade do sujeito, a partir de um atendimento humanizado. Dessa forma, trabalhando em rede e articulando com outras políticas sociais, torna-se mais eficiente e qualificado o serviço, como também, os encaminhamentos, conforme Neves (2009, p.16) o fazer profissional do Assistente Social juntamente com outros profissionais, deve ser orientado pelo projeto ético-político da categoria, independente da instituição em que esteja inserido, buscando atuar de forma ética e respeitosa com os usuários e demais profissionais, no sentido de intervir para a garantia e consolidação dos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, partiu da premissa em compreender as características da violência de gênero no Município de São Domingos do Sul/RS por meio da política pública de assistência social, em um período de 2017-2020. Os resultados que respondem a essa questão, se colocam no presente trabalho por meio das categorias problematizadas, que permitem considerar a abrangência dessa expressão da questão social de forma invisibilizada e naturalizada.

Com o intuito de responder aos objetivos, avaliou-se o uso nocivo de bebidas alcóolicas enquanto causador de comportamentos agressivos, e assim, o fator mais desencadeante da violência contra a mulher. Questão essa, que remete a reflexão da influência cultural de naturalização da bebida, que ausenta a criação e efetivação de programas e projetos de prevenção e conscientização. Além, de contribuir para que a violência seja banalizada e as mulheres não consigam romper com a situação abusiva que enfrentam, seja em função do medo, como também da valorização da família tradicional, entre outros fatores associados.

Como identificado no decorrer da pesquisa, a prática da violência de gênero nesse município desdobra-se de distintas formas, resultando principalmente na forma física, moral e psicológica, sendo ocasionada nas relações íntimas, no espaço doméstico aonde tem-se mais vínculos. Essa questão permite observar que o espaço que deveria ser de proteção, torna-se um ambiente de dominação e opressão. Sendo que, a fragilização desse lugar é fruto da falta de intervenção profissional, uma vez que essa violação de direitos não está sendo discutida e amparada pelas políticas públicas responsáveis, fazendo com que muitas mulheres fiquem expostas as vulnerabilidades sociais e desassistidas do contexto em que estão inseridas.

Em resposta ao objetivo de pesquisa, acerca do trabalho desenvolvido pelo CRAS, e pelos profissionais atuantes desse serviço na intervenção com a violência, analisou-se diante das ações descritas, a precariedade das políticas públicas. Avalia-se que esse serviço apresenta dificuldades em efetuar um trabalho voltado para a prevenção das múltiplas expressões da questão social, e para a identificação das mesmas, por conta do excesso de trabalho e o número reduzido de profissionais, que tornam-se empecilhos para a efetivação de um atendimento de qualidade, que viabilize os princípios éticos da profissão de garantia de direitos humanos. Dessa forma, compreende-se que o CRAS enquanto instituição de estudo dessa pesquisa, e um serviço da política de assistência social, deveria construir métodos e técnicas de trabalhos preventivos, como forma de repassar informações aos usuários, buscando a integração de diversos setores e serviços, ou seja a efetivação de uma rede participativa e democrática, que proporcionasse atendimentos humanizados e de qualidade.

Considera-se ainda, que a articulação teórico-prática é essencial, já que é de suma importância o conhecimento dos profissionais para identificarem a violência, e dessa maneira, ser possível intervir para que as mulheres reconheçam a violência que sofrem e seus desdobramentos, como forma de não naturalização da situação vivida, mas de enfrentamento a relação abusiva. Levando em consideração, que muitas mulheres não denunciam por falta de apoio familiar e suporte profissional, como também por desconhecerem seus direitos, dessa forma, que fortaleça-se os vínculos sociais e familiares, para que as mesmas não retornem a relação abusiva, mas que se permitam viver em um contexto de proteção e cuidado e não de medo.

Nesse sentido, a pesquisa contribui com dados da realidade, permitindo refletir sobre como essa problemática é tão impactante para esse território e suas vítimas, para que assim sejam desenvolvidas novas formas de trabalho junto a essa expressão da questão social, como forma de diminuir a violência de gênero e garantir os direitos das mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosa Maria Martins; PASA, Graciela Gema; SCHEFFER, Morgana. Álcool e violência em homens e mulheres. **Psicologia Revisão Crítica**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 252-260, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prc/v22n2/a12v22n2.pdf>. Acesso em: 10 out.2020.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicologia para América Latina**, São Paulo, n.14, out. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012. Acesso em: 29 out .2020.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social-PNAS, Norma Operacional Básica-NOB/SUAS**, Brasília, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf Acesso em: 6 out. 2020.

BRASIL, **Lei n 11340 de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal [...]Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 29 out. 2020.

CASIQUE, Casique Leticia; FUREGATO, Ferreira Antonia Regina. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 14, n. 6, nov/dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n6/pt_v14n6a18.pdf. Acesso em:09 nov.2020.

CENTEVILLE, Valéria; ALMEIDA, Thiago. “Ciúme romântico e sua relação com a violência”. **Psicologia Revista**, São Paulo, v.16, n.1/2, p.73-91, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/18058>. Acesso em: 10 out. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 20out. 2020.

LISBOA, Teresa Kleba. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do serviço social. **Temporais**, Brasília- DF, v. 14, n. 27, p. 33-56, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6543>. Acesso em: 15 nov. 2020.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. **Katálysis**, Florianópolis, v.8, n. 2, p. 199-210, jul/dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6111>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 7-13, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1405>. Acesso em: 29 out. 2020.

NEVES, Marília Nogueira. Rede de Atendimento Social: uma ação possível?. **Revista da Católica**. Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 147-165, 2009. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/solucao_em_rede/rede_de_atendimento_-_acao_possivel.pdf. Acesso em: 17 nov. 2020

PEREIRA, Daniely Cristina de Souza; CAMARGO, Vanessa Silva; AOYAMA, Patricia Cristina Novaki. Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: Um estudo prático. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**. Paraná, v. 20, n. 2, p. 9-25, 2018. Disponível em: <http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/1026>. Acesso em: 09 nov.2020.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p.115-136, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332001000100007&script=sci_arttext. Acesso em: 20 out.2020.

SENADO FEDERAL. Violência doméstica e familiar contra a mulher. **Pesquisa DataSenado**. Ago. 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/Relatrio_Violncia_Mulher_v9formataado.pdf. Acesso em: 17 nov. 2020.

SILVA, Jéssica Aline. **Política de Assistência Social e Gênero: o papel das mulheres chefes de família**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/1807>. Acesso em: 10 out. 2020.

SILVA, Andrey Ferreira. *et al.* Elementos precipitadores/ intensificadores da violência conjugal em tempo COVID-19. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, 2020. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/elementos-precipitadoresintensificadores-da-violencia-conjugal-em-tempo-da-covid19/17594?id=17594>. Acesso em: 20 out. 2020

SILVA, Viviane Franco. *et al.* Fatores associados à ideação suicida na comunidade: um estudo de caso-controle. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p.1835-1843, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2006000900014&script=sci_arttext. Acesso em: 29 out.2020.

VIEIRA, Leticia Becker. *et al.* Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 67, n. 3, mai./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v67n3/0034-7167-reben-67-03-0366.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

VIEIRA, Pamela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento Social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira Epidemiológica**, v. 24, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1101569>. Acesso em: 20 out. 2020.